

ATA DA NONAGÉSSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, na sala 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vice-presidente do CGFNSP e presidente desta sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça (MJ); Luiz Pontel de Souza, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República não foi representada; e a Casa Civil da Presidência da República indicou o Senhor José Luiz Trevisan Ribeiro para participar desta sessão na qualidade de observador. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, saudou e deu as boas vindas ao conselheiro titular do GSI/PR, Luiz Pontel de Souza. Em seguida, anunciou a saída dos conselheiros titular e suplente da Casa Civil da Presidência da República, bem como a indicação dos novos representantes. Neste momento, ele informou que a Casa Civil indicou o Dr. Trevisan para participar da reunião como ouvinte observador devido à impossibilidade de comparecimento dos novos indicados. Ato contínuo, ele informou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da ata da 89ª Reunião Ordinária; 2) Apresentação do acordo de cooperação entre a SENASP/DFNSP e os Estados; 3) Autorização para aquisições direta de interesse do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública: 3.1) Carabinas 5.56 (reapresentação); 3.2) Coletes balísticos; 3.3) Veículos automotores; 3.4) Equipamento de Controle de Distúrbios Cíveis (capacete, caneleira, joelheira, máscara, etc.); 3.5) Capacetes balísticos; 4) Apreciação de 02 propostas estaduais/ENAFRON oriundas da Portaria no. 38, de 10 de maio de 2013; 5) Apreciação de 03 propostas municipais – Emendas Parlamentares; 6) Exposição sobre os investimentos feitos pelo Ministério da Justiça destinados à área de perícia no âmbito do Programa “Brasil mais Seguro”.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, os conselheiros aprovaram por unanimidade a ata da 90ª Reunião Ordinária. Em seguida, o vice-presidente ressaltou que o próximo item da pauta foi incluído por solicitação feita pelo colegiado na reunião anterior. Dito isto, resumidamente ele relatou o contexto em que se deu a referida solicitação. Após estes esclarecimentos, o Diretor do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, o Tenente-Coronel Alexandre Augusto Aragon e o Coordenador de Logística/DFNSP, Davi Rogério Artigas, explicaram no que consiste o acordo de cooperação entre a Força Nacional e os Estados. Os principais pontos ressaltados foram os seguintes: 1) fatos que ensejaram a cooperação entre a SENASP/DFNSP e os Estados; 2) considerações sobre ser o legado um dos motivos que levam os Estados a cederem servidores de seu efetivo para a Força Nacional; 3) origem do legado da Força Nacional; e 4) critérios adotados para a distribuição do citado legado. Neste ínterim, foi informado que, com exceção do Estado de São Paulo, todos Estados da Federação firmaram o convênio com a Força Nacional, logo serão beneficiados pelo legado. Continuando, foram destacadas as doações previstas para o presente exercício, a saber: viaturas tipo pick up, carabinas, pistolas, coletes, capacetes balísticos; desencarcerador, serras-sabre e aparelhos de respiração autônoma. O Tenente-Coronel Aragon anunciou que a partir de 2014 o legado será distribuído também para o efetivo estadual da Polícia Civil e Perícia, sendo que a repartição dos bens será proporcional ao número de profissionais disponibilizados pelo Estado, com o objetivo de beneficiar aqueles que mais contribuem com o DFNSP. Finalmente, foi informado que até o final de 2014 a Força Nacional deverá repassar aos Estados como contrapartida pela cessão de policiais e, conforme previsto no primeiro termo aditivo do convênio, os seguintes bens: 216 viaturas pick up; 81 viaturas tipo sedan; 1.296 carabinas; 1.377 pistolas; 1.377 coletes; 1.242 capacetes balísticos; 81 aparelhos de respiração autônoma; 81 serras sabre. Finda a exposição, foram respondidas as dúvidas e os questionamentos dos conselheiros sobre a exposição feita. Neste contexto, o vice-presidente respondendo questionamentos feitos pelo conselheiro Luiz Pontel de Souza sobre a existência de recursos do Fundo para o financiamento destes pleitos, abordou os seguintes temas: o orçamento anual do FNSP, diferença entre o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual, o valor real liberado para execução, o contingenciamento de recursos, a imposição e a liberação de limites orçamentários e os motivos que levam à apresentação de pleitos ao colegiado antes da liberação ou não de limites. O mesmo conselheiro indagou ainda se as condições impostas pela Lei do Fundo, em relação ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas

(SINESP), haviam sido cumpridas no contexto dos pleitos apresentados. O vice-presidente esclareceu que o SINESP encontrava-se ainda em fase de implantação e propôs que posteriormente fosse feita uma exposição do SINESP ao colegiado. A sugestão foi aceita. Retomando o tema, os conselheiros fizeram considerações sobre o custo de manutenção da Força Nacional; políticas de segurança induzidas pelo Governo Federal com o uso da Força, dentre outros assuntos. O vice-presidente ponderou que na apresentação feita foram explicados os critérios de distribuição, bem como a motivação para a definição do quantitativo de cada bem. Contudo, ele recordou que na reunião anterior foram feitas ainda colocações sobre a letalidade das carabinas e pediu que fossem explicadas quais as diferenças entre os tipos de armamentos solicitados. Com a palavra, o Ten. Cel. Aragon explicou as principais diferenças entre as seguintes armas: carabinas 5.56, fuzil e 762, destacando as finalidades operacionais destas armas e os riscos de uso entre uma e outra nos centros urbanos. Ademais, ele salientou que a SENASP faz recomendações aos Estados sobre o uso das carabinas e demais armas doadas. Encerrados os questionamentos, foram apresentadas as aquisições diretas de interesse do DFNSP (item 3 da Pauta). Neste contexto, novamente foi ressaltado que todas as aquisições solicitadas serão destinadas aos Estados participantes do convênio/acordo com a Força. Foi esclarecido que o cálculo do quantitativo dos bens foi feito em função do efetivo cedido por Estado. Pontualmente, o vice-presidente solicitou ao Ten. Cel. Aragon que, em razão das discussões e ponderações ocorridas no Colegiado na reunião anterior, fosse esclarecida como era feita a capacitação dos policiais que utilizarão os armamentos solicitados. Ele explicou que todos os policiais ao integrarem a Força são submetidos a um intenso curso de capacitação que contempla várias áreas de formação, algumas matérias são eliminatórias e outras classificatórias. O uso de armamentos é matéria eliminatória. Por isto, se o capacitando não atingir a pontuação exigida é reprovado do curso e eliminado da Força Nacional. O Ten. Cel. Aragon fez uma ampla explanação sobre a forma como era feito o registro e controle do desempenho dos policiais no período em que são habilitados para o uso de armamentos. E salientou que este controle não se restringe somente ao período de capacitação, sendo constante, uma vez que a cada 06 meses estes policiais são reavaliados e, se não atingirem a pontuação exigida, são desligados da Força. Ele também explicou que a regra estabelecida pela SENASP é que a carabina doada aos Estados seja utilizada somente pelos policiais qualificados pela Força Nacional, portanto, eventuais desvios de uso são de responsabilidade dos Estados. Dito isto, o conselheiro Luiz Pontel de Souza indagou qual o tempo máximo que um policial ficava na Força. O Ten. Cel. Aragon respondeu que o prazo máximo era de 02 anos. Ademais, o ele ressaltou que a especificidade do serviço da Força Nacional abrange todo o território nacional em áreas que vai desde as regiões de florestas/fronteiras até aos grandes centros urbanos. Além disto, a Força é para o pronto emprego, motivo pelo qual o policial precisa estar totalmente equipado porque não sabe qual a situação que vai se apresentar para ele. Os valores das aquisições pleiteadas estão registrados na tabela abaixo. Cabe registrar que os conselheiros identificaram nas notas técnicas destes pleitos pequenos erros de redação e de digitação, ocasião em que sugeriram também a alteração da redação de parte de textos inseridos em algumas notas para uma melhor compreensão dos pedidos. Todas estas solicitações foram anotadas pelo Dr. Artigas que providenciará junto à área técnica da Força Nacional os devidos ajustes. Após estas ponderações, o vice-presidente destacou que os erros apontados não eram fatos impeditivos para votação dos pedidos, por se tratar de erro formal. Ele declarou que após a correção, as notas serão disponibilizadas aos conselheiros. Finda as exposições, as aquisições foram colocadas em votação e aprovadas. Registra-se que tais pedidos estão enquadrados no âmbito da ação orçamentária 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública. Neste contexto, o vice-presidente propôs que a SENASP fizesse uma nota técnica padrão para aquisições diretas e que posteriormente tal modelo fosse submetido à apreciação dos conselheiros.

	Objeto da Demanda	Valor FNPS (R\$)
1	Aquisição de Carabina 5.56	4.773.600,00
2	Aquisição de Colete Balístico	1.065.501,00
3	Capacete Balístico	1.239.300,00
4	Equipamento de Controle de Distúrbios Cíveis (capacete, caneleira, joelheira, máscara, etc.)	3.683.145,00
5	Viaturas	5.009.245,00
	Total Geral	15.770.791,00

Antes da exposição do próximo ponto da pauta, o conselheiro Luiz Ponte de Souza indagou ao vice-presidente a respeito do registro feito na ata da última reunião sobre o pedido de um estudo científico que comprove a efetividade ou não dos armamentos utilizados pelos policiais. O vice-presidente declarou que pretendia tratar deste ponto nos informes finais da reunião. Contudo, considerando a pergunta feita pelo citado conselheiro, adiantou suas colocações, informando que proporia aos conselheiros que enviassem por e-mail para ele os pontos que eles consideravam importantes a serem abordados dentro do estudo proposto. Ele consolidaria todas as informações e encaminharia à Secretária Nacional de Segurança Pública. Os conselheiros concordaram com a propositura feita.

Em seguida, o vice-presidente informou que o quarto item de pauta referia-se às propostas da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), decorrentes da Portaria nº 38, de 10 de maio de 2013. Ele recordou que este assunto era bastante conhecido pelo conselho, pois a SENASP já havia feito uma exposição detalhada do tema e também porque diversas propostas já haviam sido objeto de deliberação do Colegiado. Dito isto, passou a palavra para a Dra. Cristina Gross Villanova, Diretora do Departamento de Políticas Programas e Projetos/SENASP. Ela explicou sinteticamente o que era, porque e como foi criada a ENAFRON. Em seguida, passou a palavra para aos técnicos da ENAFRON. Registra-se que no contexto das apresentações foram respondidas as dúvidas e os questionamentos dos conselheiros e do Dr. Trevisan. Em especial, o conselheiro Felipe Daruich Neto indagou à Dra. Cristina se a exigência feita pelo colegiado, em reunião realizada no final do exercício anterior, sobre a necessidade de interoperabilidade entre os diversos sistemas estaduais de comunicação havia sido cumprida. A Dra. Cristina respondeu que este assunto foi amplamente discutido entre a SENASP e os Estados em várias reuniões conjuntas, tendo o assunto sido resolvido em reunião realizada entre a Secretária Nacional de Segurança Pública e o Colégio de Secretários. O mesmo conselheiro relatou que o Exército estava desenvolvendo também projetos voltados para as áreas de fronteira, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e rapidamente destacou alguns pontos deste projeto. Ele indagou se havia convergência, integração, coordenação e complementaridade entre a ENAFRON e o SISFRON, tanto na elaboração das ações quanto na sua execução, já que os dois programas possuíam objetivos comuns. O Capitão Alex Jorge das Neves respondeu que tinha conhecimento do SISFRON exatamente porque a equipe da ENAFRON já reuniu diversas vezes com a equipe do Ministério da Defesa – MD. Ele explicou que vários representantes do Exército já participaram de diversos encontros com todos os representantes estaduais de fronteiras, em reuniões ocorridas em Brasília e fora de Brasília como, por exemplo, em Cáceres/MT. Dito isto, ele salientou que as ações da ENAFRON não sobrepunha às do MD e destacou alguns dos investimentos em fronteiras que estão sendo feitos pelo MD. Nesta oportunidade foram ressaltadas as diferenças entre os investimentos do MD e do MJ. Além disto, o Capitão Alex relatou que era perceptível que havia uma boa integração entre os Estados Fronteiriços e o Exército. Dito isto, houve a intervenção do conselheiro Luiz Pontel de Souza, também Delegado de Polícia Federal, o qual relatou que atualmente as ações de fronteiras entre os órgãos de segurança, federais e estaduais, estavam ocorrendo também de forma complementar e integrada. Em seguida, o vice-presidente solicitou que fossem explicados os aspectos técnicos das propostas e a exposição foi feita pelos servidores Edivaldo Fortunato Pereira, Wesley da Silva Borges e Hernany Bueno de Araujo. Cabe registrar que no contexto das discussões deste tema, o conselheiro Felipe Daruich Neto declarou que não havia assistido a apresentação feita ao Conselho acerca da ENAFRON. Ante esta colocação, o vice-presidente sugeriu que fosse feita uma reunião extraordinária para a apresentação dos temas mais relevantes apresentados pela SENASP ao Colegiado como a ENAFRON, o SINESP, dentre outros, principalmente em virtude do ingresso de novos conselheiros. A proposta foi acolhida pelos conselheiros. Na seqüência as propostas foram aprovadas sem objeções. E para constar, consigna-se que estas propostas estão inseridas no âmbito da ação orçamentária 201C - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON.

	Nº de Proposta	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS (R\$)		
				Capital	Custeio	Total
1	036975/2013	RS	Implantação de sistema de videomonitoramento	2.632.128,00	526.764,00	3.158.892,00
2	028951/2013	AC	Implantação de sistema de videomonitoramento	2.212.500,00	590.000,00	2.802.500,00
Total Geral				4.844.628,00	1.116.764,00	5.961.392,00

O vice-presidente destacou que as propostas, que seriam expostas a seguir, originaram-se de emendas parlamentares, sendo que a única que estava com o limite orçamentário liberado era a proposta do Município de Guarulhos/SP. Contudo, a deliberação do colegiado era necessária porque se as demais emendas forem liberadas, elas só poderão ser conveniadas mediante a aprovação do Colegiado. Dito isto, ele passou a palavra para a Dra. Cristina para a introdução do assunto, já que ela também era responsável pelas propostas municipais. O principal destaque feito por ela foi que o critério de análise técnica e de aprovação das propostas de emendas parlamentares não era diferente do aplicado aos projetos decorrentes de editais e, resumidamente, ela explicou quais eram estes critérios. Após, ela convidou o servidor Rafael Pereira para expor as propostas de Guarulhos/SP, Bebedouro/SP e Suzano/SP. Cabe registrar que foi solicitada a inclusão extrapauta da Proposta de Suzano/SP, porque a liberação de limite orçamentária desta emenda ocorreu logo após a convocação do Conselho. O Colegiado não se opôs ao pedido feito. A servidora Bárbara Pereira dos Cravos apresentou a proposta de Ponta Grossa/PR. A Proposta de Salvador/BA foi exposta pela servidora Priscila Evangelista Dias. No decorrer das apresentações foram esclarecidas dúvidas dos conselheiros, em especial do conselheiro Luis Pontel de Souza que fez perguntas pontuais sobre a execução no âmbito das prefeituras, bem como sobre a forma de fiscalização e acompanhamento por parte da SENASP. Finalizadas as exposições, o vice-presidente colocou as propostas em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Entretanto, foi acordado que as notas técnicas de Suzano/SP e Bebedouro/SP seriam encaminhadas aos conselheiros porque foram inseridas no SICONV intempestivamente. Registra-se que as proposta estão enquadradas no âmbito da ação orçamentária 20ID - Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública. No final deste item, o conselheiro Felipe Daruich Neto declarou que teria que deixar a reunião em virtude de outro compromisso.

	Nº de Proposta	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNSP (R\$)	
				Capital	Total
1	032316/2013	Bebedouro/SP	Ampliação da Ronda Escolar da Guarda Civil Municipal de Bebedouro.	150.000,00	150.000,00
2	029676/2013	Guarulhos/SP	Reaparelhamento da Guarda Civil Municipal de Guarulhos/SP.	920.000,00	920.000,00
3	035315/2013	Ponta Grossa/PR	Reaparelhamento da Guarda Municipal do Município de Ponta Grossa, através da aquisição de material permanente: veículos e aparelhos de ginástica.	500.000,00	500.000,00
4	031327/2013	Salvador/BA	Aparelhamento da estrutura operacional da Guarda Municipal do Salvador, com vistas a maximizar as ações de prevenção à violência e proteção do patrimônio no município.	2.000.000,00	2.000.000,00
5	032401/2013	Suzano/SP	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Reestruturação da Secretaria da Defesa Civil e Social de Suzano/SP.	300.000,00	300.000,00
Total Geral				3.870.000,00	3.870.000,00

Finalmente, o vice-presidente convidou a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo, Diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública/SENASP, para apresentação do Item 6. Antes, porém, ele relatou aos conselheiros que não estavam presentes na reunião anterior, qual o contexto em que foi solicitada a exposição deste tema ao colegiado, uma vez que o Programa “Brasil mais Seguro” não estava inserido no âmbito do Fundo e sim do PRONASCI. O contexto e a motivação do pedido estão devidamente registrados na ata da reunião anterior. Em seguida, o vice-presidente recordou que na reunião em curso foi proposta a apresentação da ENAFRON e do SINESP, sendo assim, ele propôs que o item 6 da pauta fosse apresentado na mesma reunião em que os citados temas fossem apresentados. Dito isto, o conselheiro Luiz Pontel de Souza anuiu à proposta do vice-presidente não só em virtude da iminente saída do conselheiro Felipe Daruich Neto, como também em virtude de o grupo de conselheiros não estar completo naquela reunião. Os demais conselheiros concordaram com as sugestões apresentadas e ficou acordado que será convocada uma reunião

extraordinária para apresentação da ENAFRON, do SINESP, do Item 6 desta pauta e de algum outro tema considerado relevante pela SENASP.

Finalizada a pauta, o vice-presidente informou que a secretaria do conselho encaminharia e-mail aos conselheiros solicitando a opinião deles em relação aos aspectos mais importantes a serem abordados no estudo científico citado acima. Ele declarou que consolidará estas informações e encaminhará à Secretária Nacional de Segurança Pública. E, por último, ele fez um breve informe sobre as alterações do Regimento Interno do Conselho Gestor. Explicou que a minuta do Regimento retornará à pauta do Conselho visto que ela já havia sido submetida à apreciação da Consultoria Jurídica do MJ, que por sua vez havia feito pequenos questionamentos que precisavam ser submetidos ao Colegiado. Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Vice-Presidente do CGFNPS

Guilherme Zambarda Leonardi
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Sem representante oficial
Casa Civil da Presidência da República

Luiz Pontel de Souza
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República